

Índice:

Jacques Paviot – “Les flamands au Portugal au XVe siècle (Lisbonne, Madère, Açores)”.	p. 7-40
Cristina Brito – “A história do comportamento animal aplicado aos mamíferos marinhos: da época medieval ao século XVIII”.	p. 41-54
M. Emília Madeira Santos e Iva Cabral – “O primeiro centro urbano colonial nos trópicos: Ribeira Grande (Cabo Verde), séculos XV-XVII”.	p. 55-64
André Murteira – “Combates luso-neerlandeses em Santa Helena (1587-1625)”.	p. 65-80
Catarina Madeira Santos – “Os reflexos do Império, numa época de crise. A câmara de Lisboa, as armadas da Índia e as armadas do Brasil: quatro tempos e uma interrogação (c. 1600-1640)”.	p. 81-106
Vasco Resende – “L’image de l’Islam dans la littérature portugaise des voyages du XVIe siècle: les itinéraires terrestres au Moyen Orient”.	p. 107-196
Luís Frederico Dias Antunes – “A ilha de Moçambique na segunda metade do século XVIII”.	p. 197-212
Daniela Buono Calainho – “Farmacopeia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista”.	p. 213-230
Ana Paula Torres Megiani – “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”.	p. 231-250
Nelson Sanjad – “Éden domesticado, a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820”.	p. 251-278
Carla Alferes Pinto – “Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da misericórdia de Goa”.	p. 279-313

Resumos:

Jacques Paviot – “Les flamands au Portugal au XVe siècle (Lisbonne, Madère, Açores)”. Pp. 7-40.

Martin Lem e os seus filhos, Jacome de Bruges, Josse de Hurtere, Guillaume van der Haeghen, Jean Esmeraudt, Fernão Dulmo, que chegaram a Portugal no século XV em busca de fortuna, já são conhecidos.

Aqui são novamente estudados, inseridos noutras temáticas: a sua origem (normalmente obscura ou proveniente da pequena burguesia); as circunstâncias da sua partida da Flandres, de Artois ou da Picardia; a sua instalação em Portugal (e como se penetraram em diversos meios); as suas ligações matrimoniais (uma forma de ascensão social); os seus negócios (o comércio ou a colonização, melhor conhecidos para Martin Lem, The Elder); os seus sucessos (que como é do conhecimento geral, esta família foi geralmente bem sucedida) e o seu acesso à nobreza (uma vez que, apesar das suas pretensões, não eram da nobreza).

As suas vidas foram reconstruídas por intermédio de todas as fontes conhecidas, mas não devemos confiar plenamente nas narrativas.

Cristina Brito – “A história do comportamento animal aplicado aos mamíferos marinhos: da época medieval ao século XVIII”. Pp. 41-54.

Os descobrimentos portugueses trouxeram novos mundos ao mundo e com eles surgiram também novos conhecimentos de uma fauna além-mar. Os relatos dos primeiros marinheiros e exploradores permitem, à luz dos conhecimentos biológicos actuais, identificar espécies dos grandes mamíferos que habitam nos oceanos e, mesmo, alguns dos seus comportamentos no meio natural. Assim, os mamíferos marinhos, focas, baleias e golfinhos, inicialmente completamente desconhecidos na Europa medieval e considerados como monstros ou seres estranhos, tornaram-se num grupo animal importante na relação do homem renascentista com o mundo natural. Nas fontes históricas dos séculos XV e XVI surgem representações, relatos e descrições das viagens marítimas pelo Atlântico que nos permitem investigar os primórdios do comportamento animal. As obras de Frutuoso, Gândavo, Léry, entre outros, constituem a base documental para a sua fundamentação científica da etologia aplicada aos mamíferos marinhos e para o estudo da sua evolução ao longo dos séculos.

M. Emília Madeira Santos e Iva Cabral – “O primeiro centro urbano colonial nos trópicos: Ribeira Grande (Cabo Verde), séculos XV-XVII”. Pp. 55-64.

A fundação da cidade da Ribeira Grande não foi o resultado de uma selecção natural feita pelas populações ao longo do tempo, atraídas pelas diversas condições favoráveis à evolução de uma vida comunitária. Ela foi fundada através de uma decisão administrativa sobre um vazio populacional, por razões exógenas ao território.

Durante o terceiro quartel do séc. XV, a Ilha de Santiago e principalmente o porto da Ribeira Grande tornaram-se o objecto de uma política ultramarina da coroa portuguesa, por causa da sua função potencial de "fortaleza feitoria insular" ligada à Costa da Guiné¹.

Tendo como objectivo suscitar as condições favoráveis para o funcionamento de um entreposto marítimo e comercial, o governo central dotou o povoado de privilégios atractivos para os "moradores" e para aí deslocou as estruturas características das cidades europeias. A instalação dos "moradores" foi encorajada pela outorga de benefícios comerciais na Costa da Guiné e pela imposição da ruralização do *hinterland*. Uma sociedade dicotómica de escravos, europeus e africanos começou a desenvolver-se, dando origem a uma terceira força endógena: os "filhos da terra".

No início do séc. XVI, encontram-se já estabelecidas as estruturas dependentes do governo central para o exercício da administração jurídica e financeira, bem como as instituições eclesiásticas. O poder local identificava-se com a Câmara, que defendia os interesses dos "moradores", por oposição aos representantes do poder central e contra os concorrentes comerciais. Em meados do séc. XVI, esta instituição abriu-se à participação dos "filhos da terra", negros e mestiços, cuja presença no conselho municipal foi crescendo, até chegarem a ocupar todos os lugares que o compunham. A Câmara – instituição civil – e a Santa Casa da Misericórdia, instituição religiosa – intervinham em consonância nas obras de caridade. A Misericórdia possuía instalações onde se situava a igreja, o hospital, com enfermarias e uma botica. Os físicos e os botequineiros eram pagos pela Câmara.

No que respeita a educação, o ensino das primeiras letras era ministrado na catequese pelo sacerdote. Os estudos mais aprofundados eram assegurados pelo episcopado. A presença dos Jesuítas traduziu-se num rigor pedagógico acrescido e pela ampliação do *curriculum*.

A topografia da cidade organizava-se a partir do mar e ocupava um vale atravessado por um ribeiro rodeado por montes eminentes. O porto, a presença da água e o relevo foram factores condicionantes do crescimento urbano. O espaço disponível para o alargamento do povoado era limitado, o que originou um povoamento concentrado. Todavia, a organização do espaço urbano espelhava a hierarquia social. O núcleo mais antigo desenvolvia-se ao lado do porto, na margem esquerda do ribeiro, a partir da antiga praça. O edifício da Câmara, a prisão, o pelourinho, a alfândega, a igreja, o hospital, a Santa casa da Misericórdia situavam-se ali. Ali estava localizado o primitivo estabelecimento do poder e dos poderes; mas igualmente o centro comercial, onde se localizavam os "sobrados", que funcionavam como estabelecimentos de comércio, ou lojas no rés-do-chão e casas particulares nos pisos superiores.

¹ A Costa da Guiné e os Rios da Guiné compreendiam todo o litoral africano desde Cabo Verde até à Serra Leoa.

O crescimento do espaço urbano dirige-se para a margem direita do ribeiro onde irão nascer outros dois bairros. As habitações mais cómodas, os oficiais régios e os homens honrados que viviam na Ribeira Grande instalaram-se ali. O último bairro a ser construído na cidade foi já numa região alta a leste da baía. A sé foi aí construída e mais acima a fortaleza de S. Filipe. Este novo espaço tornou-se perigoso por ocasião dos ataques marítimos. A camada mais baixa da população livre, europeia e negra, habitava em cabanas, nos arrabaldes. Era o espaço suburbano de uma vila desprovida de um mundo rural adjacente por onde se espriar.

O tecido urbano mais concentrado e a vida quotidiana mais intensa coincidiam com as instalações portuárias, onde os navios portugueses e castelhanos carregavam e descarregavam. Uma população flutuante de europeus e diversas nacionalidades, bem como de negros livres, escravos, carregadores, oficiais mecânicos, trocavam informações de origens diversificadas e longínquas; por entre a elite local contavam-se nobres de diversas categorias, desde o "fidalgo" (nobre distinto) até ao cavaleiro. O afastamento do poder central e da tutela das instituições permitia a alteração dos costumes: os filhos naturais legitimados, ou não, eram aceites e partilhavam o espaço dos europeus. A vida urbana estava bem representada pela existência de ofícios, nomeadamente de tanoeiros, ferreiros, calafates, barbeiros e, sobretudo, padeiros, cuja presença é bem a prova da inexistência de uma fabricação doméstica do tipo rural. Os elementos de estratificação atingem o seu máximo na ostentação favorecida pelas festas religiosas.

A decadência urbana de meados do séc. XVII está intimamente ligada à retração das comunicações externas que tinham sido a razão do seu aparecimento. Progressivamente a vida urbana estava privada de características cosmopolitas – comunicações e riqueza fiduciária – e operava-se uma ruralização das actividades e uma fixação nos bens fundiários. A cidade perdia a sua importância como lugar de habitação em benefício do *hinterland*. Não manteria senão a força das instituições que retardavam a sua agonia.

André Murteira – “Combates luso-neerlandeses em Santa Helena (1587-1625)”. Pp. 65-80.

Entre 1597 e 1625, a pequena ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, foi palco de cinco recontros entre navios portugueses da “Carreira da Índia” e navios neerlandeses de regresso da Ásia. Este artigo reconstitui os cinco episódios em detalhe, sobretudo a captura do galeão *Santiago* em 1602, que foi, para os portugueses, o incidente mais grave de todos, fazendo com que a ilha deixasse de ser uma escala regular para os navios da “Carreira da Índia”, função que desempenhara durante a maior parte do século XVI.

Catarina Madeira Santos – “Os reflexos do Império, numa época de crise. A câmara de Lisboa, as armadas da Índia e as armadas do Brasil: quatro tempos e uma interrogação (c. 1600-1640)”. Pp. 81-106.

A perspectiva aqui adoptada é a de que a história da Europa dificilmente pode ser pensada e escrita sem ter em linha de conta as próprias dinâmicas da história da colonização. Assim, a administração ultramarina pode ser lida em dois sentidos complementares: o Reino produz o Império, assim como o Império produz o Reino. Durante a conjuntura de crise, imperial e financeira, da segunda metade do século XVII a Câmara de Lisboa é chamada a intervir como banqueira da Coroa. As rendas municipais são usadas para cobrir as despesas com as armadas que socorriam o Brasil e o Estado da Índia. O objectivo deste artigo é fazer a descrição desse processo e identificar os seus significados políticos e simbólicos.

Vasco Resende – “L’image de l’Islam dans la littérature portugaise des voyages du XVIe siècle: les itinéraires terrestres au Moyen Orient”. Pp. 107-196.

Este artigo pretende estudar cinco itinerários terrestres portugueses no Médio Oriente durante o século XVI do ponto de vista da caracterização da religião e civilização islâmicas. Os textos dividem-se basicamente entre descrições de peregrinação à Terra Santa e narrativas de viagem entre o Golfo Pérsico e a Europa e a Europa, e apresentam imagens muito diferentes do mundo muçulmano, diferenças essas que procuramos decifrar. Todavia, podemos encontrar traços comuns entre os diferentes itinerários, entre os quais o testemunho da presença portuguesa no Levante e no Oceano Índico como factor decisivo para a formulação de cada um deles.

Luís Frederico Dias Antunes – “A ilha de Moçambique na segunda metade do século XVIII”. Pp. 197-212.

A partir de meados do século XVIII, especialmente durante o governo de Baltazar Pereira do Lago, a diminuta área urbana da Ilha de Moçambique, até aí circunscrita a um pequeno núcleo que estava separado da fortaleza de S. Sebastião pelo chamado terreiro de S. Gabriel, conheceu um desenvolvimento notável, graças à organização e concentração dos serviços públicos, e ao aumento do número de funcionários na capital.

Como se sabe, o ritmo da vida social e a forma como se efectuou a expansão urbana na Ilha de Moçambique beneficiaram do afluxo de dinheiro oriundo do aumento do tráfico de escravos com o Brasil, Maurícias e Reunião, do crescente negócio de armas de fogo, pólvora com os negros autóctones e, ainda, do tradicional comércio de marfim com a Índia.

Quais as medidas de carácter político e social que permitiram o desenvolvimento urbano da Ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII? Qual seria o aspecto da cidade e como viveriam os seus habitantes europeus, africanos e indianos? Como evoluíram a organização do

espaço e a construção urbanística na Ilha, nomeadamente no Palácio dos Governadores, na época em que Pereira do Lago e Vasconcelos e Almeida assumiram a chefia do poder em Moçambique?

Responder a estas questões que constituem a essência da história da ilha na segunda metade do século XVIII, desde as diversas comunidades e os grupos sociais em presença, até aos aspectos relacionados com o urbanismo, são os principais propósitos desta breve pesquisa.

Daniela Buono Calainho – “Farmacopeia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista”. Pp. 213-230.

Este artigo tem como proposta a análise da circulação de plantas e drogas de uso curativo originárias do Brasil no mundo luso-brasileiro no século XVIII e também do uso destes artigos pelos profissionais com formação académica em suas práticas médicas neste período. As dimensões desta circulação que pretendemos abordar relacionam-se à difusão de informações sobre os produtos oriundos do Brasil, à sua comercialização e ainda ao seu uso quotidiano pela sociedade luso-brasileira. Outro viés de trabalho que pretendemos desenvolver refere-se ao modo como a flora brasileira era aproveitada pelos médicos em suas fórmulas medicamentosas e receitas e na sua prática médico-cirúrgica. O século XVIII foi privilegiado na medida em que a circulação dos compostos medicinais e ervas vindas do Brasil estiveram presentes em várias colecções e compêndios de fórmulas medicamentosas – as farmacopéias –, que neste período foram consideráveis. Também, ao contrário do restante da Europa, no mundo luso-brasileiro a prática da medicina neste período foi marcada por poucos avanços científicos e inspirada por crenças mágico-religiosas tradicionais. Ao final do século, no entanto, com o reformismo ilustrado que marcou o Estado português sob a égide do Marquês de Pombal, há o início de uma reversão do tradicionalismo da medicina em Portugal, que respira novos ares, a exemplo da configuração de uma estratégia de avanço do conhecimento científico pelo aproveitamento cada vez maior da flora brasileira, pelo uso cada vez maior de substâncias químicas e pela normatização da arte de fabricar remédios.

Ana Paula Torres Megiani – “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”. Pp. 231-250.

Tendo em vista a importância que a produção e a circulação de escritos de tipo ou de mão ganharam no mundo ocidental a partir do século XVI, o intuito deste estudo é apontar alguns elementos das relações construídas entre a Coroa de Portugal e as casas de impressores, tipógrafos e livreiros, na tentativa de identificar os momentos e os mecanismos pelos quais a actividade foi reconhecida, incentivada e atraída para a esfera do poder régio entre 1500 e 1640. A identificação de diferentes políticas entre o reinado de D. Manuel I e Filipe IV (de Espanha) de concessão de privilégios para autores, casas de

impressores e livreiros, bem como a consolidação das censuras régia e inquisitorial, conferem novo significado ao texto impresso na dinâmica cultural do período em questão.

Nelson Sanjad – “Éden domesticado, a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1790-1820”. Pp. 251-278.

Este artigo tem como objeto de estudo a rede de intercâmbios vegetais mantida pela Coroa portuguesa entre as décadas de 1790 e 1820, período que demarca a montagem dos jardins botânicos no território luso-brasileiro. São estudados os jardins do Grão-Pará, de Caiena, do Rio de Janeiro e de Olinda, cujo funcionamento constituiu a primeira iniciativa da Coroa portuguesa para institucionalizar a pesquisa científica no espaço ultramarino, conforme a política agrarista do final do século XVIII. Essa rede demonstra não apenas uma notável capacidade de articulação, primeiramente a partir de Lisboa e depois do Rio de Janeiro, como também a maneira pragmática pela qual as ciências naturais foram arremetidas em benefício do Império

Carla Alferes Pinto – “Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da misericórdia de Goa”. Pp. 279-313.

D. Frei Aleixo de Menezes (1559-1617) é uma personagem tão rica quanto mal conhecida. Partindo do acervo epistolar (escrito ao tio, D. Frei Agostinho de Jesus) que se guarda na Biblioteca Pública de Braga, procurámos entender a personagem, reconstruindo a complexa teia de parentesco e de relacionamentos que enforma e depois alimenta a sua actuação enquanto religioso e político. A par com esta realidade, baseámo-nos nas premissas do seu (extensíssimo e diversificado) mecenato artístico (que aqui apenas afluímos) com o propósito de analisar as razões que levaram à edificação em Goa de dois recolhimentos para albergar mulheres órfãs (recolhimento de Nossa Senhora da Serra, 1605) e mulheres arrependidas (recolhimento de Santa Maria Madalena, 1609).

Sendo edifícios pouco relevantes do ponto de vista arquitectónico (que a quase ausência de descrições ou imagens quer coevas quer posteriores vem reforçar), a sua construção levanta questões de ordem urbanística, de carácter social e religiosa, de distinção de género e, sobretudo, de manifestações de poder dentro de um quadro de mecenato artístico, que procurámos esclarecer e/ou postular. Colocando mais questões que respostas, estas *notas* procuram diversificar as leituras sobre este agostinho e alargar o olhar para o seu patrocínio em diversos campos da arte de finais do século XVI – inícios do século XVII.